



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 13 de agosto de 2011

A CRITICA "Dívida pública pode ser nosso calcanhar de Aquiles"	1
ECONOMIA	
A CRITICA Nokia perde e Android sobe	2
BEM VIVER	
DIÁRIO DO AMAZONAS POLÍTICA	3
CAPA	
DIÁRIO DO AMAZONAS MPF move mais uma ação contra Flávia Grosso por improbidade	4
POLITICA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Mercado promissor atrai interesse de 25 fabricantes ao País	5
MERCADO	

'Dívida pública pode ser nosso calcanhar de Aquiles'

JOUBERT LIMA
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

Eleito economista do ano, o superintendente adjunto de projetos da Suframa, Oldemar Ianck, tem uma longa trajetória no Amazonas, onde chegou ainda criança, vindo do Paraná, seu Estado de origem. Aos 15 anos, era operador de máquinas na indústria madeireira. Após exercer funções como escriturário e controlar no Tropical Hotel, e trabalhar no setor de contabilidade do jornal A CRÍTICA, Ianck ingressou nos quadros da Suframa em 1980, numa área onde atua até hoje: acompanhamento de projetos industriais.

Qual era o cenário da economia do País quando o senhor deixou a faculdade? O País vivia em isolamento, a economia era fechada, até porque tinha passado, em 1973, pela primeira grande crise do petróleo. O processo de desenvolvimento acelerado de até então começou a ser prejudicado. O País contraía dívidas para manter o nível

de desenvolvimento, mas na década de 80, essa dívida gerou problemas seríssimos e culminou com 20 anos de estagnação.

Como essa situação se refletiu na Zona Franca?

Como nossa matriz de incentivos visa o mercado doméstico, se esse mercado estava deprimido, com crescimento pífio, nosso crescimento era muito prejudicado. O que poderia ter acontecido pelos anos 80 e 90, só veio desabrochar quando criou-se o plano Real.

Como o modelo reagiu à abertura da economia nos anos 90?

A abertura da economia foi um tranco de norte a sul, e na Zona Franca não foi diferente. Nossos indicadores mostram queda geral de forma muito drástica. Os empregos diretos caíram exatamente pela metade. Em 1990 chegamos a ter 76 mil empregos diretos, caiu para 38 mil em 1992, foi o fundo do poço. A coisa só voltou a engrenar com a nova lei que ajustou a Zona Franca de Manaus ao processo de abertura econômica. A partir

Perfil
 Oldemar Ianck
IDADE: 56 anos
FORMAÇÃO: Técnico em Contabilidade, Economista formado pela Ufam em 1979.
CARGO ATUAL: Superintendente adjunto de Projetos da Suframa. É funcionário de carreira da autarquia, onde ingressou em 1980, após diversas atividades profissionais, como controlar no Tropical Hotel e contabilista no Jornal A CRÍTICA.

da nova legislação, as empresas passaram a reestruturar seus projetos, mas a recuperação só pegou forte em 1994. Houve uma reconversão na indústria, antes muito intensiva de mão-de-obra. As fábricas passaram a replicar os processos de produção das matrizes internacionais, de maneira que o modelo passou a ser menos intensivo de mão-de-obra e mais intensivo de capital e tecnologia.

Por que as importações crescem tão mais que as exportações?

A cadeia produtiva do componentes estava engatinhando no início dos anos 2000. Em 2003, o Amazonas fez mudanças no ICMS com grandes vantagens para a indústria de componentes; novos segmentos vieram para cá, como a indústria gráfica. A economia evoluiu bastante nesse período, as exportações triplicaram de tal forma que hoje temos uma reserva internacional muito razoável. Mas o Real sobrevalorizado é um obstáculo forte à agregação de valor local com componentes, parte e peças. Passou-se a importar por causa do Real forte. Depois veio crise de 2008, da qual alguns mercados ainda não se recuperaram, e isso fez com que, de repente, "sobrasse" produtos na China. Em vez de abastecer Estados Unidos e Europa, eles vêm para os emergentes como o Brasil. Isso causa forte pressão nos componentes e também em bens finais. Vemos a questão do split, por exemplo, que entra no País, com redução drástica de ICMS por alguns Es-

tados. E tem outros produtos em lista de monitoramento nosso e do Governo do Estado.

Há quem diga que a crise de 2008 não acabou.

Ficaram alguns resquícios que começaram a "espocar" em alguns países, já começando a contaminar outros. Na Europa, há o caso da Grécia que, segundo consta, tem uma dívida três vezes maior que seu PIB, sendo quase impagável. E, mais recentemente, houve a questão americana, em que todo o mundo prendeu a respiração. Eles tiveram um pequeno rebaixamento no grau que impactou nos mercados e isso ainda não foi totalmente absorvido.

Há o risco de que venha uma nova crise com impactos fortes no Brasil?

Há o risco. Com a globalização, os Estados têm o que se chama de vasos comunicantes. Há movimentos de capitais completamente abertos, empresas de um país participam dos mercados de outros países, de modo que há uma rede de transações que acaba impactando todo o globo.

Como o País pode se defender disso?

O Brasil, hoje, tem posição de relativo conforto. Um dos fatores é a grande reserva internacional. Nunca tivemos reservas tão fortes. Segundo: nosso crescimento é muito centrado no mercado interno, que vai bem. Mas temos o problema da inflação, que é controlada em função da taxa de juros, e aí mora um grande perigo. Temos uma área extremamente sensível, a dívida interna, que ultrapassou R\$ 1,8 trilhão. É muito difícil manter o pagamento de juros dessa dívida. Temos uma média de R\$ 16 bilhões a R\$ 17 bilhões por mês de pagamentos de juros. É uma sangria que deriva outro coisa na nossa competitividade, a exacerbação da carga tributária que o Governo começou a aumentar por causa dessa dívida. Nosso nível de investimentos em relação ao PIB é muito baixo. O Governo tem plano para elevar esse valor, mas é muito difícil, pois o País carrega essa dívida que pode ser nosso calcanhar de Aquiles.

Nokia perde e Android sobe

móveis > O instituto de pesquisas Gartner publicou números sobre o mercado global de celulares no último trimestre. Apesar de ainda ser líder, a Nokia continua perdendo espaço no mercado de dispositivos móveis, enquanto o sistema operacional Android dominou mais de 40% das vendas de smartphones. A Nokia, que no mesmo trimestre de 2010 tinha 30,3% na venda geral de celulares, viu sua participação cair para 22,8%. A sul-coreana Samsung aparece no segundo lugar, com 16,3%.

POLÍTICA

POLÍTICA

Ministério Público Federal move ação por improbidade contra a Suframa

O Ministério Público Federal ingressou com mais uma Ação Civil de Improbidade Administrativa contra a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). A ação aponta irregularidades em convênios da autarquia com a Fundação Paulo Feitoza.

PÁG 5

MPF move mais uma ação contra Flávia Grosso por improbidade

Processo ajuizado na última terça-feira inclui pedido de liminar para suspender convênio

FOTO Arlesson Sicsú/26/04/11

MANAUS

O Ministério Público Federal (MPF) ingressou com mais uma Ação Civil de Improbidade Administrativa contra a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). O Processo 0011933-22.2011.4.01.3200 foi ajuizado na 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Amazonas, na última terça-feira. A ação aponta irregularidades em convênios da Suframa com a Fundação Desembargador Paulo dos Anjos Feitoza.

Os procuradores Athayde Ribeiro da Costa e Thales Messias Pires Cardoso, que assinam a ação, não quiseram divulgar o teor do documento e

os motivos que os levaram a acionar a Justiça até que seja julgado um pedido de liminar suspendendo o convênio. A reportagem do DIÁRIO tentou contato com os procuradores, mas a assessoria de comunicação do MPF informou que eles só vão divulgar detalhes da ação depois da manifestação do juiz sobre o pedido de liminar. O processo está com o juiz Ricardo Augusto de Sales.

Na ação, cujas informações básicas estão no site da Justiça Federal no Amazonas, aparecem como indiciados a superintendente da Suframa, Flávia Grosso, o irmão dela, Paulo Victor Antony Skrobot, a coordenadora de Desenvolvimento Regional da autarquia, Eliany Maria de Souza Gomes, o servidor Adriano Augusto Gonçalves

Marques, Almir José de Vargas e a Fundação Paulo Feitoza.

Em fevereiro deste ano, a Justiça Federal determinou o bloqueio de bens e valores de Flávia Grosso, do superintendente adjunto da Suframa, Plínio Ivan Pessoa da Silva, do presidente do Cieam, Maurício Loureiro, do sócio-administrador da Mosaico Engenharia, Jorge Soto Mayor Fernandes Filho e de Armando Rubens Medeiros Lima, responsável pelo parecer técnico que aprovou as contas de um convênio entre a Suframa e o Cieam para recuperação de vias do Distrito Industrial. A decisão também atendia a um pedido de liminar do MPF em outra ação de improbidade administrativa contra os citados.



A superintendente da Suframa, **Flávia Grosso**, responde a outras acusações de improbidade administrativa

Em março, uma outra ação de improbidade administrativa do MPF, contra dirigentes da Suframa em licitação com a Fucapi, foi ajuizada na Justiça Federal. Na peça o procurador tratou como “orgia com o di-

nheiro” o fato de a licitação ter sido feita “sem projeto básico adequado e direcionada para uma entidade que, estruturada com recursos federais, presta serviços onerosamente há décadas à Suframa”.

Mercado promissor atrai interesse de 25 fabricantes ao País

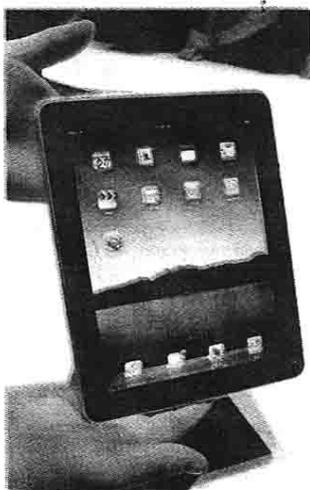
Mercado promissor atrai interesse de 25 fabricantes ao País

O Ministério da Ciência e Tecnologia já recebeu sinalização de 25 empresas que estariam interessadas em produzir tablets (computadores portáteis em formato de prancheta) no Brasil. Nove já estão “praticamente licenciadas”, nas palavras do ministro Aloizio Mercadante.

Entre as empresas citadas por Mercadante estão nacionais e estrangeiras, como Motorola, Samsung, Positivo, Semp Toshiba, Itautec e Apple.

O governo tem estudado incentivos fiscais e políticas para atrair a produção local. Para receber os benefícios, as empresas têm que se comprometer a um conteúdo nacional de 20% no início da produção; 80% em três anos, e apresentar o projeto ao ministério.

Para Mercadante, as vendas de Natal este ano terão os tablets com preços bem mais em conta. “Com a desoneração de 31% dos impostos federais e, em alguns casos, desonerações regio-



Redução de **impostos** para as fabricantes passa de 30%

nais como em zona franca, além da concorrência que vamos ter, acho que até o final do ano o benefício chega forte ao consumidor”, disse.

O governo não exigirá localizações específicas para as fábricas. “A ideia, na verdade, é de descentralização”, afirmou. O ministro também não descartou a ideia de que as empresas possam produzir tablets no Brasil para exportar.